


RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO (EPTNM): A PRODUÇÃO ACADÊMICA COMO REVELADORA DA PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

PUBLIC-PRIVATE RELATIONS IN TECHNICAL AND VOCATIONAL SECONDARY EDUCATION (TVSE): ACADEMIC PRODUCTION AS A REVEALER OF THE PRECARIZATION OF TRAINING

RELACIONES PÚBLICO-PRIVADAS EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL TÉCNICA DE NIVEL MEDIO (EPTNM): LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA COMO REVELADORA DE LA PRECARIZACIÓN DE LA FORMACIÓN

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-063>

Data de submissão: 10/10/2025

Data de publicação: 10/11/2025

Hadaquel da Silva Alcântara

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: hadaquelalcantara@gmail.com

Josiany Dantas da Mota

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: josiany_dantas@yahoo.com.br

Silvia Cristina Conde Nogueira

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: silviaconde@ufam.edu.br

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar uma análise acerca da produção acadêmica da Pós-Graduação Brasileira no campo da política educacional, em especial, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), no contexto das relações público-privadas. Para isso, foram coletadas informações de 20 pesquisas, sendo 10 teses e 10 dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), produzidas no período de 2011 a 2021. A partir do levantamento, verificou-se que a produção acadêmica se concentra na região nordeste, com oito produções; seguida do Sudeste, com cinco produções; do Sul, com quatro produções; do Norte, com duas produções, e do Centro-Oeste, com uma produção. De modo geral, as pesquisas apontam que a EPTNM tem sido um caminho de lucratividade para a terceira via, enquanto que a formação precarizada para os filhos de trabalhadores e trabalhadoras continua sendo uma constante nas políticas da EPTNM.

Palavras-chave: Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Relações Público-Privadas. Produção Acadêmica. Formação Precarizada.

ABSTRACT

The objective of this article is to present an analysis of the academic production of Brazilian Graduate Studies in the field of educational policy, particularly Technical and Vocational Secondary Education

(TVSE), within the context of public-private relations. For this purpose, information was collected from 20 studies, 10 doctoral theses and 10 master's dissertations, available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), produced between 2011 and 2021. Based on this survey, it was found that academic production is concentrated in the Northeast region, with eight studies; followed by the Southeast, with five; the South, with four; the North, with two; and the Center-West, with one. Overall, the research indicates that TVSE has become a profitable path for the “third way,” while precarious training for the sons and daughters of workers continues to be a constant feature of TVSE policies.

Keywords: Technical and Vocational Secondary Education (TVSE). Public-Private Relations. Academic Production. Precarious Training.

RESUMEN

El objetivo del artículo es presentar un análisis sobre la producción académica de los programas de posgrado brasileños en el campo de la política educativa, en especial de la Educación Profesional Técnica de Nivel Medio (EPTNM), en el contexto de las relaciones público-privadas. Para ello, se recopilieron informaciones de 20 investigaciones —10 tesis doctorales y 10 disertaciones de maestría— disponibles en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD), producidas entre 2011 y 2021. A partir de este levantamiento, se verificó que la producción académica se concentra en la región Nordeste, con ocho investigaciones; seguida del Sudeste, con cinco; del Sur, con cuatro; del Norte, con dos y del Centro-Oeste, con una. En términos generales, las investigaciones señalan que la EPTNM ha sido un camino de rentabilidad para la tercera vía, mientras que la formación precarizada para los hijos e hijas de trabajadores y trabajadoras continúa siendo una constante en las políticas de la EPTNM.

Palabras clave: Educación Profesional Técnica de Nivel Medio (EPTNM). Relaciones Público-Privadas. Producción Académica. Formación Precarizada.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação no Brasil, observa-se um crescimento da relação entre os setores público e privado, especialmente, no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). A compreensão desse crescimento é essencial para a análise das políticas educacionais contemporâneas, que, ao mesmo tempo em que buscam ampliar a oferta de EPTNM, também refletem a influência do setor privado na definição das diretrizes e na execução dessas políticas.

Nesse sentido, a presença do setor privado na oferta de EPTNM tem gerado debates sobre os impactos dessas parcerias na efetivação do direito à educação pública e de qualidade. Kuenzer (2006) alerta para os desafios relacionados à alocação de recursos públicos no setor privado, apontando que essas parcerias nem sempre garantem melhorias efetivas na qualidade da educação profissional, especialmente quando não há avaliações rigorosas sobre a eficácia dos

De maneira semelhante, Frigotto (2011) critica esse modelo de relação, argumentando que a crescente atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas privadas na educação profissional muitas vezes interfere na definição dos conteúdos e métodos de ensino, enfraquecendo a autonomia das instituições públicas e submetendo a formação profissional a uma lógica predominantemente mercadológica.

Além disso, Fernandes, Brito e Peroni (2013) destacam que, embora o Estado se apresenta como principal responsável pelas políticas educacionais, a destinação de recursos públicos a instituições privadas tem resultado na precarização da rede pública, marcada pela escassez de investimentos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre o papel do Estado no financiamento da EPTNM. Embora políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), busquem expandir a oferta de educação profissional, o investimento estatal permanece insuficiente para garantir uma formação ampla e acessível a todos. A crescente influência do setor privado e a disputa por recursos públicos evidenciam a necessidade de aprofundar o debate sobre os impactos dessas relações para a democratização do ensino técnico no Brasil.

A seguir, será apresentada uma análise da produção acadêmica da pós-graduação brasileira no campo da política educacional, com ênfase na EPTNM, a partir da análise de 20 produções acadêmicas coletadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2011 a 2021.

2 PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Diante da necessidade de adensar o estudo acerca da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no contexto das relações público-privadas, realizou-se um levantamento

bibliográfico, por meio da base de dados disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com ênfase em produções acadêmicas, dissertações e teses, para a construção dos dados da pesquisa.

Conforme Romanowski e Ens (2006), as pesquisas chamadas estado do conhecimento, no campo da educação, colaboram para entender as discussões em torno de temas emergentes e relevantes de estudo, além de lacunas ou desafios presentes na sociedade, que têm características particulares ligadas ao tipo de abordagem da pesquisa. Assim, segundo as autoras, a criação de estados da arte viabiliza a realização de uma avaliação da pesquisa em uma área particular.

Considerando o princípio do estado da arte, fez-se um levantamento, no período de 2011 a 2021, na base de dados citada. Inicialmente, realizou-se consultas inserindo os seguintes descritores: Relação público-privada e Educação Profissional Técnica de Nível Médio (5 resultados); Relação público-privada e Educação Profissional (50 resultados); Parceria público

privada e Educação Profissional Técnica de Nível Médio (8 resultados); Parceria público privada e Educação Profissional (54 resultados).

Após esse primeiro movimento, optou-se por trabalhar com os descritores que trouxeram um maior número de resultados. Diante do exposto, foram mapeadas 54 pesquisas, sendo 38 dissertações e 16 teses, no período de 2011 a 2021. Para chegar a esse resultado, utilizou-se de vários descritores; abaixo segue a Tabela 1, que mostra a síntese dos estudos mapeados e selecionados referente aos descritores escolhidos.

Tabela 1. Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Nº	Descritores	Quantidade de pesquisas mapeadas		Quantidade de pesquisas selecionadas	
		Teses (T)	Dissertações (D)	Teses (T)	Dissertações (D)
1	Parceria Público-Privado e Educação Profissional	16	38	10	10
Total		54		20	

Fonte: BDTD. Elaborado pelas autoras (2025).

Salienta-se que, para delimitar os estudos, definiu-se os critérios de inclusão, a saber: pesquisas que contenham os descritores "Parceria público-privada" e "Educação Profissional" no título, no resumo ou nas palavras-chave. Nos critérios de exclusão, estão as pesquisas que não contenham os descritores "Parceria público-privada" e "Educação Profissional" no título, no resumo ou nas palavras-chave. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão aos resultados encontrados, foram selecionados

20 trabalhos, 10 Dissertações (D) e 10 Teses (T), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Teses e Dissertações analisadas.

Nº	Ano	Tipo	Título	Autor (a)	Instituição
1	2013	T	A reforma do estado e as políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: da Escola Técnica Federal de Pelotas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Sul-rio grandense (1990-2013)	EDELBERT KRÜGER	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
2	2013	D	O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco: o caso da escola técnica estadual Cícero Dias	MÉRCIA RODRIGUES FARIAS DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
3	2013	T	Parceria público privado na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Pernambuco	ROSEANE NASCIMENTO DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
4	2014	D	O jovem e o mercado de trabalho: uma análise da inserção através do Programa Jovem Aprendiz implementado pelo SENAC em Sorriso/MT	MARCIA HELENA MILESI RETIZ	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
5	2015	D	Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do programa	DANILMA DE MEDEIROS SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
6	2015	T	Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducacional: a transposição da lógica empresarial para a escola pública	RAQUEL ARAÚJO MONTEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
7	2015	D	O Pronatec e o processo de expansão e privatização da educação profissional no Brasil	TICIANE GONÇALVES SOUSA DE MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
8	2016	T	Empreendedorismo “inovador” nas escolas estaduais de educação profissional no	GLÓRIA MARIA VASCONCELOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

			contexto da crise estrutural do capital	GOES	
9	2016	D	Por corações e mentes: a configuração do projeto da classe dominante na educação profissional da juventude do campo: um estudo acerca da iniciativa PRONATEC CAMPO/ SENAR/CNA	MAIARA BATISTA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
10	2016	D	A integração ensino-serviço comunidade na ETSUS-BA: análise da proposta pedagógica na perspectiva dos egressos	RENATA ALEXANDRINA MENDONÇA MINEIRO PEREIRA BRAGA	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
11	2016	T	II Fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública	SÍLVIA CRISTINA CONDE NOGUEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
12	2016	D	A Política Estadual de Educação No Espírito Santo: o papel do projeto “escola viva” no direito social à educação básica e profissional	TATIANA GOMES DOS SANTOS PETERLE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
13	2017	D	A política de educação profissional no Espírito Santo: A implementação do Pronatec pelo SENAI (2011-2014)	ANA PAULA RIBEIRO FERREIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
14	2017	T	Pronatec, educação profissional e a relação público-privada no Pará	ÉRBIO DOS SANTOS SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
15	2018	T	As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de Pelotas	ANTÔNIO CARDOSO OLIVEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
16	2018	T	O “desvio de rota” nas políticas de Educação Profissional: uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do Pronatec	NEILA PEDROTTI DRABACH	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
17	2019	T	O PRONATEC como política de inclusão social e econômica para beneficiários do programa bolsa família: Um estudo de caso no IFRS – Campus Sertão	ELISANE ROSELI ULRICH ZANELATO	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
18	2020	D	Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade	ALEX KOSSAK	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE

			educacional?		JANEIRO
19	2020	T	As relações público-privadas nas iniciativas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	ANTONIO MARCOS ALVES DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
20	2021	D	A política educacional como viabilizadora de um projeto societário: as proposições da Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Médio e a Educação Profissional	DHAIANE DE MORAES TEIXEIRA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Fonte: BDTD. Elaborado pelas autoras (2025).

Foram selecionadas 20 pesquisas para compor o que denominamos de "Contribuições para um Estado da Arte". Destaca-se que, para cada um desses trabalhos, foram analisados os resumos, os objetivos e as considerações finais. A seguir, apresenta-se a análise individual de cada estudo selecionado.

A tese "A reforma do Estado e as políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: da Escola Técnica Federal de Pelotas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense (1990-2013)", de Edelbert Krüger (2013), objetivou examinar as consequências e efeitos da mudança das Escolas Técnicas Federais (ETFs), em razão da Lei 11.892/2007, destacando o exemplo do Campus Pelotas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul).

Conforme Krüger (2013), após o levantamento e análise de dados, a pesquisa destaca que políticas públicas direcionadas à educação profissional foram impulsionadas pelas agências multilaterais, indo ao encontro da ideologia neoliberal. Além disso, os dados dos estudos evidenciam que, apesar da expansão da rede de educação profissional a partir de 2008, houve um processo de privatização nas ofertas de educação profissional por meio de relações público-privadas.

A dissertação "O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco: o caso da escola técnica estadual Cícero Dias", de Mércia Rodrigues Farias da Silva (2013), analisou o processo de implementação da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Escola Técnica Estadual Cícero Dias (ETECDD), situada em Recife/PE. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, com procedimentos de levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e documental.

Dentre os resultados encontrados, a autora destacou a existência de uma justaposição entre a formação geral e a formação profissional, reforçando a necessidade de um aprofundamento sobre o

tema do ensino médio integrado; ou seja, faz-se necessária a promoção de formação continuada dos professores e técnicos direcionada ao tema da educação profissional integrada ao ensino médio.

Roseane Nascimento da Silva (2013a), na tese "Parceria público-privada na educação profissional técnica de nível médio no estado de Pernambuco", apresentou uma reflexão acerca dessa relação no contexto da política de expansão das escolas técnicas na década de 2000, envolvendo o programa de educação em tempo integral. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semiestruturada.

Como resultados do estudo, Silva (2013a) indica que a ampliação do número de escolas técnicas da rede pública no estado de Pernambuco nos últimos anos se configura como uma característica estrutural na política estadual na década de 2000, a privatização da educação, seja por métodos endógenos ou exógenos. Endógenos, por meio da introdução da lógica privada no domínio público; exógenos, por meio do aparecimento de várias instituições privadas para a disponibilização de ensino técnico.

Na dissertação "O jovem e o mercado de trabalho: uma análise da inserção através do Programa Jovem Aprendiz implementado pelo SENAC em Sorriso/MT", de Retz (2014), buscou -se analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho através do Programa Jovem Aprendiz, implementado pelo SENAC em Sorriso/MT.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas semiestruturadas, tendo como elementos para discussão: o Programa Jovem Aprendiz, a qualificação profissional de jovens, a Lei nº 10.097/2000 e o Decreto nº 5.598/2000.

Ressalta-se que as informações obtidas por meio deste estudo mostraram que, embora a política pública concretizada no Programa Jovem Aprendiz tenha conseguido integrar muitos jovens ao mercado de trabalho, a política não garante a continuidade deles nos empregos, visto que foram identificadas restrições que variam desde a elaboração da política até a disposição das empresas em manter os aprendizes após o término do contrato.

A dissertação "Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do programa", de Danilma de Medeiros Silva (2015), buscou avaliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec). O referido estudo partiu da suposição de que os valores, objetivos, fundamentos e princípios ideológicos do Pronatec estão interligados, principalmente, ao papel de validação do Estado Capitalista.

Conforme Silva (2015), os resultados da pesquisa indicaram que o Pronatec tem como objetivo implícito ajudar na legitimação do Estado Capitalista, por meio dos cursos de qualificação profissional e se revela, em certa medida, o desempenho da função de acumulação através da implementação do

programa, por meio da chamada relação público-privada. Além disso, a pesquisa evidenciou que o Pronatec ajuda a intensificar a dualidade, ao mesmo tempo em que solidifica a divisão entre a educação propedêutica e a educação profissional.

A próxima tese, "Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducacional: a transposição da lógica empresarial para a escola pública", de Raquel Araújo Monteiro (2015), traz para discussão o projeto das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará, criadas em 2008 por meio da Lei nº 14.273.

O estudo definiu a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise documental, tendo como método o materialismo histórico-dialético. Como resultados, foram indicados que as EEEPs nasceram com o objetivo de atender à necessidade de trabalhadores com subsídios e acessibilidade para operar no mercado cearense, movendo-se em conformidade com os objetivos e o crescimento do capitalismo em reestruturação.

A dissertação "O Pronatec e o processo de expansão e privatização da educação profissional no Brasil", de autoria de Ticiane Gonçalves Sousa de Melo (2015), teve como objetivo analisar o caráter público e privado das políticas fundantes dessa expansão, bem como desvelar o papel do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A abordagem metodológica definida pela autora foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Os resultados da pesquisa indicam que, neste início do século XXI, existem

políticas de caráter neoliberal que incentivam a ampliação da oferta na educação profissional. Além disso, a autora afirma que a pesquisa revelou uma conexão bastante próxima entre o processo de expansão e a privatização da educação profissional, especialmente por meio do Pronatec.

O estudo "Empreendedorismo 'inovador' nas escolas estaduais de educação profissional no contexto da crise estrutural do capital" é o título da tese da autora Glória Maria Vasconcelos Goes (2016). A pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do ajuste estrutural do capital na educação profissional brasileira nas Escolas de Educação Profissional da rede estadual do Ceará, sob os princípios do empreendedorismo inovador.

A investigação foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, bem como de pesquisa bibliográfica e documental. A partir de uma avaliação crítica, Goes (2016) infere que a implementação da cultura empreendedora reforça a vinculação entre o setor público e privado no cenário da contrarreforma do Estado, no qual o empresário, juntamente com o Estado empreendedor, cria uma articulação social ampla e essencial para evitar a queda do capitalismo.

A dissertação intitulada "Por corações e mentes: a configuração do projeto da classe dominante na educação profissional da juventude do campo: um estudo acerca da iniciativa PRONATEC

CAMPO/SENAR/CNA", de Maira Batista (2016), teve as seguintes questões norteadoras: " Como se organiza a educação profissional e quais os estudos existentes sobre essa modalidade de educação? Quais os objetivos de entidades ligadas a aparelhos "privados" de hegemonia da classe dominante ao ofertar ações voltadas à educação profissional no campo?"

Renata Alexandrina Mendonça Mineiro Pereira Braga (2016), em sua dissertação intitulada "A Integração Ensino-Serviço-Comunidade na ETSUS-BA: análise da proposta pedagógica na perspectiva dos egressos", apresenta uma análise sobre a proposta pedagógica adotada no curso técnico em enfermagem da Escola de Formação Técnica em Saúde do Estado da Bahia (ETSUS-BA). A pesquisa focou na integração ensino-serviço-comunidade como estratégia central para a formação técnica e política de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Com base em uma abordagem qualitativa, que incluiu revisão documental e entrevistas semiestruturadas com 10 egressos, a autora identificou limites na implementação da proposta pedagógica, especialmente no contexto de um hospital de Parceria Público-Privada. A pesquisa aponta que as dificuldades surgiram devido a interesses institucionais que direcionaram a formação para atender prioritariamente às necessidades operacionais da instituição hospitalar.

A tese "II Fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública", de Sílvia Cristina Conde Nogueira (2016), analisou as contradições da oferta de cursos técnicos de nível médio nos municípios de Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo e Tabatinga, em relação à demanda dos cursos e às especificidades de desenvolvimento econômico.

Este estudo, de natureza teórica-documental, fundamentou-se nas categorias do materialismo histórico-dialético: totalidade, contradição e mediação. A referida pesquisa evidenciou que a parceria público-privada tem sido um elemento central no processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Além disso, constatou-se a imposição da vinculação da oferta pública de educação profissional às estratégias de desenvolvimento econômico, especialmente por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Por todo esse conjunto, a pesquisa de Nogueira (2016) evidenciou a tese que a segunda fase de expansão da Rede Federal implantada nos campi do IFAM cumpriu a imposição legal da formação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho, priorizando a ampliação do acesso, mas sem garantir a educação integrada, capaz de articular trabalho, ciência e cultura.

A dissertação "A Política Estadual de Educação no Espírito Santo: o papel do projeto "Escola Viva" no direito social à educação básica e profissional", da autora Tatiana Gomes dos Santos Peterle, aborda a política estadual de Educação Básica e Profissional no Espírito Santo, com foco no programa

“Escola Viva”.

Fundamentada na concepção marxiana, a pesquisa utiliza o materialismo histórico dialético como método para compreender as contradições inerentes ao objeto de estudo. Por meio de uma análise documental e pesquisa de campo baseada em entrevistas, o estudo revelou os interesses de classes que atravessam a oferta de educação básica e profissional no estado, problematizando o desmonte das políticas públicas estaduais de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

A dissertação “A política de educação profissional no Espírito Santo: A implementação do Pronatec pelo SENAI (2011-2014)”, de Ana Paula Ribeiro Ferreira (2017), analisou como se materializou a execução do Pronatec no Senai do Espírito Santo, por meio da relação público e privado, o que envolve vultosos recursos públicos para o setor privado. O estudo teve como objetivo descrever e analisar os fundamentos e a implementação não estatal da Política de qualificação profissional relacionadas ao Pronatec no Estado do Espírito Santo, no período de 2011 a 2014, com foco na execução do Senai-ES.

A pesquisa pautou-se no materialismo histórico-dialético como referencial teórico metodológico e adotou como técnica a análise documental e as entrevistas realizadas, concluindo que, no Espírito Santo, assim como em nível nacional, predominou a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de curta duração, em detrimento dos cursos técnicos. Entretanto, percebeu, em alguns aspectos, a qualidade prestada pelo Senai-ES, principalmente no que tange à infraestrutura, à logística, ao corpo pedagógico e ao acesso aos materiais educativos e todo know-how do Senai-ES, ainda assim, com grande número de evasão.

Por outro lado, constatou que o setor público apareceu apenas como forma de gerenciamento da Política, ficando a execução, em sua grande maioria, a cargo dos setores privados. Segundo Ferreira (2016), o Estado paga caro por uma educação profissional fragmentada e alienante, incapaz de fazer uma formação integral e emancipadora.

A tese de Érbio dos Santos Silva (2017), intitulada “Pronatec, educação profissional e a relação público-privada no Pará”, analisa as diretrizes que sustentam o financiamento estatal de instituições privadas na oferta de educação profissional, por meio do Pronatec, na Amazônia paraense. A pesquisa evidencia a priorização do investimento público em instituições privadas de educação profissional, ao mesmo tempo que questiona a ausência de um debate efetivo sobre a qualidade da formação oferecida, que deveria ser garantida pelo Estado.

Trata-se de uma investigação fundamentada na perspectiva marxista, com ênfase na dialética, na contradição, na totalidade e na relação entre aparência e essência. No que se refere aos

procedimentos metodológicos, a pesquisa envolveu levantamento bibliográfico, análise documental e investigação de campo, com foco nas Secretarias de Educação do Pará e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Regional Pará (SENAC/PA).

Por fim, Silva (2017) aponta que o Pronatec assumiu uma postura mercadológica e não promoveu a qualidade da educação profissional, já que privilegiou a formação sintética por meio dos cursos de Formação Inicial e Continuada, constituindo a estratégia do capital no controle social por meio de “formações” imediatistas, descontínuas e alienantes.

A dissertação “As Parcerias Público-Privadas na Educação Profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de Pelotas”, de Antônio Cardoso Oliveira (2018), analisou o projeto de formação profissional promovido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com foco na ação da Bolsa-Formação entre os anos de 2011 e 2015. A pesquisa contextualiza o cenário das políticas educacionais no Brasil durante o período de maior implementação do programa, destacando a utilização de parcerias público-privadas como estratégia central.

Os resultados corroboram que o Pronatec é uma política educacional guiada pela lógica neoliberal e pela Nova Gestão Pública, favorecendo as interações entre o Estado e o setor privado. De acordo com o autor, o programa baseia-se em uma educação acelerada direcionada às necessidades do mercado, priorizando a habilidade prática técnica em vez de uma formação crítica e reflexiva.

A gestão principal do programa pelo sistema S, segundo Oliveira (2018), fortalece essa dinâmica, permitindo ao setor privado definir os cursos oferecidos, a quantidade de vagas e as metas a serem atingidas. Apesar de ter ampliado o acesso à educação formal, o estudo indica que o Pronatec fomenta a formação de trabalhadores adequados às exigências do capital, demonstrando o papel restritivo das parcerias público-privadas na construção de uma política educacional pública inclusiva e emancipadora.

A tese de Neila Pedrotti Drabach, “O “desvio de rota” nas políticas de Educação Profissional: uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do Pronatec” (2018), tem por objetivo principal identificar e analisar o processo de construção e de desenvolvimento do Pronatec, no âmbito de instituição pública (integrante da Rede Federal de EPCT) e privada (integrante do Sistema S) situadas no Estado do Rio Grande do Sul, de modo a apreender as relações entre trabalho e educação, formação profissional e desenvolvimento econômico.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizou a perspectiva gramsciana para evidenciar a clareza de forças que permeia a construção e o desenvolvimento do Pronatec no contexto do Estado, compreendido como a articulação entre sociedade política e sociedade civil. Nesse sentido, o Pronatec é entendido como parte e produto de uma totalidade social e histórica, situada no campo

das contradições, das mediações e das relações entre o particular e o geral, o singular e o universal.

Segundo Drabach (2018), o Pronatec representou uma disputa política em torno da definição da formação da classe trabalhadora e da apropriação dos recursos públicos destinados à educação profissional. Essa disputa resultou em uma mudança de direção nas políticas de educação profissional, que, ao longo da primeira década dos anos 2000, foram influenciadas tanto pelas propostas dos movimentos sociais quanto por grupos de educadores democráticos vinculados à classe trabalhadora. Esse novo cenário teve impactos negativos em programas como o Proeja e o Mulheres Mil, bem como nas políticas de educação profissional no campo, promovendo a desarticulação da educação básica e favorecendo a consolidação da hegemonia do projeto educacional burguês no processo de socialização da classe trabalhadora dentro do contexto do capitalismo contemporâneo.

A tese “As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de Pelotas, de Antonio Cardoso Oliveira (2020), analisou o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, na cidade de Pelotas-RS, correspondente ao período de 2011 a 2015.

A pesquisa adotou pressupostos de abordagem qualitativa, com utilização da análise de conteúdo para análise dos dados coletados. O estudo de Oliveira (2020) defende a tese de que a constituição das relações público-privadas para oferta de educação profissional, apesar de favorecer o acesso à educação formal, contribui para a formação de um tipo de profissional adequado às demandas do mercado, pois sustenta o processo no “saber fazer”, com pouca reflexão sobre o que faz, por meio de uma política pública desenvolvida pela iniciativa privada financiada pelo Estado.

A dissertação de Alex Kossak (2020), intitulada “Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional?”, tem como objeto de análise as mudanças curriculares promovidas pela relação público-privada. O objetivo foi explicar a relação entre a concepção de Ensino Médio contida na parceria “Solução Educacional” estabelecida entre o Instituto Ayrton Senna e a SEEduc/RJ e a Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei Nº 13.415/2017.

Trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de natureza explicativa, cuja análise, conforme Kossak (2020), permitiu identificar que a nova pedagogia política do capital, fundamentada na pedagogia das competências e no ideário da terceira via, tem se materializado na colaboração entre o Instituto Ayrton Senna e a SEEduc/RJ, bem como na parceria desta com o SEBRAE. Esse processo transformou o ensino médio do Rio de Janeiro em um laboratório para a Reforma do Ensino Médio em curso no Brasil, reforçando a manutenção da desigualdade social e das condições sociometabólicas do capital. Tal dinâmica se expressa na apropriação da subjetividade do trabalhador, moldando-o não apenas no aspecto psicofísico, mas também no ético e moral.

A tese intitulada “As relações público-privadas nas iniciativas do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC)”, de Antonio Marcos Oliveira (2020), cujo objetivo central foi analisar como se expressaram as relações público-privadas nas iniciativas de Acordo de Gratuidade com o Sistema S e Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no primeiro mandato (2011-2014) do governo Dilma Rousseff.

A investigação fundamentou-se em conceitos como globalização econômica, neoliberalismo, reforma do Estado, Novo Desenvolvimentismo e a relação entre o público e o privado na educação básica, a fim de aprofundar a compreensão do tema. A pesquisa sustenta a tese de que o Acordo de Gratuidade com o Sistema S, iniciativa do Pronatec que recebeu o maior aporte financeiro do fundo público, não cumpriu sua proposta original.

Segundo Oliveira (2020), essa política intensificou as relações público-privadas, promovendo uma transferência excessiva de recursos públicos para instituições privadas, especialmente o Senai, o Senac, as mantenedoras de escolas privadas de educação profissional e técnica de nível médio e as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), em detrimento das instituições públicas.

A dissertação “A política educacional como viabilizadora de um projeto societário: as proposições da Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Médio e a Educação Profissional”, de Dhaiane de Moraes Teixeira (2021), apresentou as proposições da Confederação Nacional da Indústria – CNI para a educação brasileira para a segunda década do século XXI, com ênfase para o Ensino Médio e a Educação Profissional.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise de documentos e na revisão da literatura, por meio da qualidade, conforme Teixeira (2021), buscou compreender não apenas a exigência da reestruturação produtiva e do Novo Desenvolvimentismo, mas também o papel desempenhado pela CNI nos contextos nacionais e políticos, especialmente na formulação de políticas públicas para a educação. O estudo concluiu que a CNI é um dos principais agentes sociais na definição das políticas educacionais no Brasil, exercendo influência nesse processo para a manutenção de seu projeto de sociedade.

3 ANÁLISE COMPARATIVA

Neste tópico será apresentada uma análise comparativa dos 20 resumos de teses e dissertações selecionadas. Essa análise busca identificar os pontos de convergência entre os estudos. O objetivo é evidenciar como diferentes pesquisas tratam a relação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e as vinculações público-privadas, permitindo uma compreensão mais ampla das tendências presentes na produção acadêmica sobre o tema.

As pesquisas em questão promoveram estudos da oferta da educação profissional sobre diferentes perspectivas, as quais organizamos nas seguintes categorias: Pronatec; políticas educacionais de redes estaduais de educação; políticas educacionais dos Institutos Federais de Educação; e mercado de trabalho e juventude, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Produções classificadas por categorias – Pontos Convergentes.

Categorias	Quantidade de Publicações	Pontos Convergentes
Pronatec	9	<ul style="list-style-type: none"> • A crítica à predominância de relações público privadas, com excessivas transferências de recursos. • A priorização de cursos de curta duração e formação fragmentada. • A instrumentalização do Pronatec para atender aos interesses do mercado e do capital. • Expansão e privatização da educação profissional • Ampliação das desigualdades sociais e precarização da educação profissional.
Políticas Educacionais de redes estaduais	6	<ul style="list-style-type: none"> • Dualidade da oferta e ampliação das desigualdades sociais. • Privatização e domínio da lógica privada na educação pública. • Formação profissional alinhada aos interesses do capital.
Políticas educacionais dos Institutos Federais de Educação	2	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias público-privadas predominantes na implementação da política educacional. • Alinhamento com as políticas neoliberais. • Expansão da educação profissional não garantiu qualidade. • Formação profissional para atender às demandas do capital.
Mercado de trabalho e juventude	3	<ul style="list-style-type: none"> • Formação com foco no mercado de trabalho. • Implementação de políticas com interesses específicos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Os estudos de Silva (2015); Melo (2015); Batista (2016); Ferreira (2017); Silva (2017); Oliveira (2018); Draback (2018); Zanelato (2019) e Oliveira (2020) convergem na crítica à predominância das relações público-privadas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As pesquisas apontam que essa relação tem reforçado a transferência de recursos públicos para instituições privadas, enfraquecendo a capacidade do Estado de oferecer uma educação profissional pública e gratuita de qualidade. Essa dinâmica se alinha à lógica neoliberal, que busca minimizar o papel do Estado na provisão de serviços educacionais, ampliando a influência do setor privado na definição das políticas educacionais e na organização dos cursos ofertados.

Outro ponto recorrente nas pesquisas refere-se à priorização de cursos de curta duração, que resultam em uma formação fragmentada e pouco aprofundada. Os cursos oferecidos pelo Pronatec, em sua maioria, são estruturados de forma acelerada, voltados para a formação de trabalhadores com

competências técnicas imediatas, sem um aprofundamento crítico ou uma articulação com uma formação mais ampla e integral.

Além disso, a instrumentalização do Pronatec para atender aos interesses do mercado e do capital é uma preocupação central nos estudos analisados. O programa é frequentemente direcionado para suprir demandas empresariais específicas, subordinando a formação profissional às necessidades de curto prazo das empresas, em vez de garantir um ensino que promova a formação integral dos estudantes. Assim, a qualificação proporcionada pelo Pronatec se torna uma ferramenta para o ajuste da força de trabalho às exigências do setor produtivo, reforçando a lógica capitalista de exploração e precarização do trabalho, ao invés de proporcionar uma educação que efetivamente contribua para a emancipação dos trabalhadores.

Em resumo, os estudos evidenciam que, embora o Pronatec tenha aumentado o acesso à educação profissional, favoreceu, por meio da relação público-privada, a legitimação do Estado Capitalista e a fragmentação da educação profissional, reduzindo a formação a demandas do mercado.

Os estudos de Silva (2013), Silva (2013a), Monteiro (2015), Goes (2016), Peterle (2016) e Kossak (2020) abordam os impactos da relação público e privada nas políticas da educação profissional das redes estaduais de ensino, que assim como as pesquisas acerca do Pronatec, alertam não apenas para a crescente privatização das ofertas das redes de ensino estaduais, mas também sobre o avanço da lógica empresarial nas escolas públicas. Destacam, ainda, a manutenção da dualidade educacional que permeia as políticas de Ensino Médio e foram reforçadas com a reforma promovida pela Lei n. 13.415/2017, conhecida como a Lei do Novo Ensino Médio.

Em síntese, os estudos organizados nessa categoria compartilham preocupações comuns sobre a influência das políticas neoliberais, a privatização da educação e os desafios na garantia de uma educação profissional de qualidade e integrada.

Os estudos de Krüger (2013) e Nogueira (2016) destacam a utilização de relações público-privadas como uma característica central na implementação das políticas de educação profissional. Ambas as pesquisas observam que as políticas públicas direcionadas à educação profissional estão alinhadas à lógica neoliberal e às estratégias de desenvolvimento econômico. Destacam, ainda, que a expansão da educação profissional das redes federais não foi capaz de garantir qualidade nem promover a educação integrada, mas sim a formação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho, alinhadas às demandas do capital.

Finalmente, os estudos de Retiz (2014), Braga (2016) e Teixeira (2021), agrupados na categoria mercado de trabalho e juventude, apesar de abordarem temáticas distintas no campo da EPTNM, convergem nos desafios enfrentados pelas políticas ou programas da educação profissional, seja pelas

restrições na garantia da manutenção dos jovens no mercado de trabalho; seja pelos limites impostos na implementação de uma proposta curricular num contexto que envolve a relação público e privado, ou pelas influências e interesses que atravessam as definições das políticas implementadas.

De modo geral, os estudos em questão evidenciam que a oferta da educação profissional revela uma tensão contínua entre as necessidades do mercado capitalista e os interesses da classe trabalhadora. Nesse tocante, a expansão da educação profissional, por meio das relações público-privadas, é compreendida como tentativa do Estado de atender às demandas do capital, o que pelas análises realizadas aprofundam as desigualdades de classe e colaboram para a fragmentação da EPTNM.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar a produção acadêmica da Pós-Graduação Brasileira no campo da política educacional, com ênfase na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no contexto das relações público-privadas. A partir do levantamento de 20 dissertações e teses, foi possível identificar tendências, desafios e impactos das políticas educacionais que envolvem as relações público-privadas.

Os resultados demonstram que as relações público-privadas na EPTNM são marcadas por uma forte influência do setor privado na definição das diretrizes educacionais, contribuindo para a fragmentação e a precarização da EPTNM. Como exemplo, temos o Pronatec que surge como um dos principais vetores desse processo, promovendo a transferência de recursos públicos para instituições privadas e consolidando uma lógica mercadológica no ensino técnico. Além disso, observou-se que a expansão das redes estaduais e federais de educação profissional não tem sido acompanhada por uma garantia de qualidade, reforçando desigualdades estruturais e limitando a formação integral dos estudantes.

No que tange às políticas estaduais e à atuação dos Institutos Federais, as análises evidenciaram que a dualidade educacional persiste, refletindo a tensão entre formação integral e atendimento às demandas do mercado. A ênfase na qualificação rápida e na adaptação às exigências empresariais enfraquece o papel da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como promotora da formação humana integral.

Diante dessas constatações, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre o impacto das relações público-privadas na qualidade da formação oferecida aos estudantes da EPTNM, pois, conforme Pelissari (2023, p. 13) “a preservação da concepção de formação humana integral e da

perspectiva politécnica dependerá da capacidade de mobilização das classes diretamente beneficiadas, sob a direção da classe trabalhadora”.

Além disso, é essencial investigar experiências alternativas de oferta de EPT que priorizem a articulação entre formação técnica e formação cidadã, garantindo um ensino alinhado às necessidades da classe trabalhadora e não apenas aos interesses do mercado. A ampliação do debate sobre financiamento público, regulação das parcerias e democratização da gestão educacional se apresenta como um caminho necessário para fortalecer a EPT como um direito e não como uma mercadoria.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Maiara. Por corações e mentes: a configuração do projeto da classe dominante na educação profissional da juventude do campo: um estudo acerca da iniciativa PRONATEC Campo/SENAR/CNA. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- BRAGA, Renata Alexandrina Mendonça Mineiro Pereira. A integração ensino-serviço comunidade na ETSUS-BA: análise da proposta pedagógica na perspectiva dos egressos. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) — Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- DRABACH, Neila Pedrotti. O “desvio de rota” nas políticas de Educação Profissional: uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do Pronatec. 2018. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espindola; BRITO, Silvia Helena Andrade de; PERONI, Vera Maria Vidal. Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 93, n. 235, 4 jan. 2013.
- FERREIRA, Ana Paula Ribeiro. A política de educação profissional no Espírito Santo: a implementação do PRONATEC pelo SENAI (2011-2014). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, 16(46), 235-254. 2011.
- GOES, Glória Maria Vasconcelos. Empreendedorismo “inovador” nas escolas estaduais de educação profissional no contexto da crise estrutural do capital. 2016. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- KOSSAK, Alex. Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional? 2020, 442 f. Dissertação [Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares] - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.
- KRÜGER, Edelbert. A reforma do Estado e as políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: da Escola Técnica Federal de Pelotas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (1990-2013). 2013. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- KUENZER, Acacia. Zeneida. Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, 27(96 - Edição Especial), 877- 910. 2006.
- NOGUEIRA, Sílvia Cristina Conde. II fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MONTEIRO, Raquel Araújo. Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducacional: a transposição da lógica empresarial para a escola pública. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de. O Pronatec e o processo de expansão e privatização da educação profissional no Brasil. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

OLIVEIRA, Antônio Cardoso. As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de Pelotas. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

OLIVEIRA, Antonio Marcos Alves de. As relações público-privadas nas iniciativas do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC). 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A Reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/edur/a/tNfT7jkd4WfXGdtYQWrFghf/>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. A política estadual de educação no Espírito Santo: o papel do projeto “Escola Viva” no direito social à educação básica e profissional. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RETIZ, Márcia Helena Milesi. O jovem e o mercado de trabalho: uma análise da inserção através do programa Jovem Aprendiz implementado pelo SENAC em Sorriso/MT. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Serviço Social, Cuiabá, 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. Revista diálogo educacional, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, Danilma de Medeiros. Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do programa. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2015.

SILVA, Érbio dos Santos. Pronatec, educação profissional e a relação público-privada no Pará. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

SILVA, Mércia Rodrigues Farias da. O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco: o caso da Escola Técnica Estadual Cícero Dias. 2013. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Roseane Nascimento da. *Parceria público-privado na educação profissional técnica de nível médio no estado de Pernambuco*. 2013. 351 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, 2013a.

TEIXEIRA, Dhaiane de Moraes. *A política educacional como viabilizadora de um projeto societário: as proposições da Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Médio e a Educação Profissional*. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR.

ZANELATO, Elisane Roseli Ulrich. *O Pronatec como política de inclusão social e econômica para beneficiários do Programa Bolsa Família: um estudo de caso no IFRS - Campus Sertão*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2019.